

calia^c



13. ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO VI PROPOSTA DE PREÇOS

À
Comissão Especial de Licitação
Referente Concorrência nº 90001/2025 – Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

1. Preços sujeitos a valoração

1.1 Declaramos que, na vigência do contrato, adotaremos os seguintes percentuais para os serviços descritos:

a) desconto de 65% (sessenta e cinco por cento), a ser concedido ao ANUNCIANTE, sobre os custos internos dos serviços executados por esta licitante, baseados na tabela referencial de preços do Sindicato das Agências de Propaganda, referentes a peça e ou material cuja distribuição não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

b) honorários de 3,6% (três virgula seis por cento), a serem cobrados do ANUNCIANTE, incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão desta licitante, referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material cuja distribuição não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

c) honorários de 1,25% (um virgula vinte e cinco por cento), a serem cobrados do ANUNCIANTE, incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão desta licitante, referentes aos serviços descritos nas alíneas abaixo:

i) ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes ao objeto do contrato, exceto no tocante a pesquisas de pré-teste;

ii) à renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, exclusivamente quando a sua distribuição/veiculação não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

iii) à reimpressão de peças publicitárias.



d) honorários de **6,9% (seis virgula nove por cento)**, a serem cobrados do ANUNCIANTE, incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão desta licitante, referentes à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias, cuja distribuição não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

e) honorários de **1,5% (um virgula cinco por cento)**, a serem cobrados do CONTRATANTE, incidente sobre os preços de bens e de serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da licitante, referentes à criação e ao desenvolvimento **de outras formas inovadoras de comunicação publicitária**, em consonância com novas tecnologias, não enquadradas no inciso anterior, visando à expansão das mensagens e das ações publicitárias, cuja execução não proporcione às licitantes o desconto de agência concedido pelos veículos de comunicação e divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

1.2 Os preços propostos são de nossa exclusiva responsabilidade e não nos assistirá o direito de pleitear, na vigência do contrato, nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

1.3 O prazo de validade desta Proposta de Preços é de **60 (sessenta)** dias corridos, contados de sua apresentação, em consonância com o disposto no subitem 14.3 do Edital.

2. Outras declarações

2.1 Estamos cientes e de acordo com as disposições alusivas a direitos patrimoniais de autor e conexos, estabelecidas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato (Anexo IV).

2.2 Estamos cientes de que o ANUNCIANTE procederá à retenção de tributos e contribuições nas situações previstas em lei.

2.3 Comprometemo-nos a envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação, transferindo ao ANUNCIANTE todas as vantagens obtidas, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 15 da Lei n.º 12.232/2010.


2.4 Garantimos o pagamento integral dos valores devidos aos fornecedores de bens e de serviços especializados e aos veículos de divulgação, após a liquidação das despesas e o pagamento a cargo do ANUNCIANTE, nos termos da Cláusula Décima Primeira da Minuta de Contrato (Anexo IV).

2.5 Esta Proposta de Preços está em conformidade com o Edital da concorrência em referência.

Brasília, 22 de setembro de 2025

CALIA|Y2 PROPAGANDA E MARKETING LTDA.

04.784.569/0002-27

Documento assinado digitalmente
 **GUSTAVO MOUCO**
Data: 22/09/2025 16:11:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Gustavo Mouco
Vice-Presidente de Operações e Financeiro
CPF 121.688.308-43
RG 21.995.649-2 SSP/SP
Representante Legal



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

DADOS DA EMPRESA

NOME EMPRESARIAL CALIA/Y2 PROPAGANDA E MARKETING LTDA.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
NIRE 35217255930	CNPJ 04.784.569/0001-46	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 1.069.194/25-6	DATA DO ARQUIVAMENTO 10/03/2025

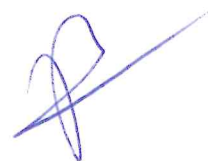
DADOS DA CERTIDÃO

DATA DE EXPEDIÇÃO 11/03/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 19:55:51	CÓDIGO DE CONTROLE 259156308
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 11/03/2025 PELO SECRETÁRIO GERAL DA JUCESP – ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.



Requerimento Capa

SEQ. DOC
01
01

Protocolo Redesim

SPN2550998856



DADOS CADASTRAIS

ATO(S) Consolidação da Matriz, Alteração de Capital e QSA		
NOME EMPRESARIAL CALIA/Y2 PROPAGANDA E MARKETING LTDA.		PORTE Demais
LOGRADOURO AVENIDA AVENIDA MARIA COELHO AGUIAR		NÚMERO 215
COMPLEMENTO BL E, 8 A	BAIRRO/DISTRITO JARDIM SAO LUIS	CEP 05804900
MUNICÍPIO SÃO PAULO		UF SP
E-MAIL FISCAL@CALIA.COM.BR		TELEFONE
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR	CNPJ - SEDE 04784569000146	NIRE - SEDE 35217255930
IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO/ASSINANTE DO REQUERIMENTO CAPA NOME: JOSE AUGUSTO VEGA NIGRO - Sócio DATA ASSINATURA: <small>Assinatura Eletrônica Simples Data: 18/02/2025</small> ASSINATURA: <small>JOSE AUGUSTO VEGA NIGRO Documento</small>		VALORES RECOLHIDOS DARE R\$ 263,58 DARF Isento

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO JUCESP - SEDE GUICHÊ 6	OBSERVAÇÕES:
--	--------------

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART. 57, §5º, DECRETO 1.800/96

PROTOCOLO

17/02/2025

Página 1 de 1

Documento assinado eletronicamente, com validade reconhecida pelo Art. 10, §2º, da MP n.º 2.200-2/2001 e conforme a Lei n.º 14.063, de 23 de setembro de 2020, quando aplicável.

Relatório de assinaturas

YOU
DIGITAL

Título do documento: CAPA

Este relatório é resultado de um processo completo de assinatura utilizando produtos da Bry Tecnologia, sendo um formato destinado à verificação de evidências e portando deve ser usado apenas para conferência. A validade jurídica de uma assinatura feita eletronicamente só pode ser devidamente verificada em arquivos digitais.

Para validar, comparar, ou baixar outras versões deste documento, vá até o endereço

<https://app.youassinadordigital.com.br/validate/3b40dcdb-6722-425e-8f51-09206b1b5d53> e informe a senha de acesso disponibilizada a seguir.



Código de verificação:

3b40dcdb-6722-425e-8f51-09206b1b5d53

Senha de acesso:

0W836E72

Lista de assinantes e eventos

O processo de assinatura obedeceu a seguinte ordem e obteve as evidências descritas abaixo:



Criação do processo de assinatura:

17/02/2025 16:50:21 (BRT)

Nome: Tome Maio da Rocha

Email: bruna.lopes@mtrcontabilidade.com.br



JOSÉ AUGUSTO VEGA NIGRO

Assinatura Eletrônica Simples
Data: 18/02/2025

Assinante

Tipo de assinatura: Eletrônica Simples

Email: zeaugusto@calia.com.br

Assinado em: 18/02/2025 12:03 47 (BRT)

IP: 177.69.127.214

Geolocalização: -23.6488123,-46.7290476

JOSÉ AUGUSTO VEGA NIGRO

Nome: JOSÉ AUGUSTO VEGA NIGRO
Documento:



A Bry Tecnologia atesta que na data de emissão deste protocolo a cópia do documento que se mantém em nosso banco de dados possui as assinaturas e evidências citadas.

Data de emissão do relatório: 19/02/2025 16:43:11 (BRT)

YOU
DIGITAL

<https://app.youassinadordigital.com.br>

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 13ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA
CALIA|Y2 PROPAGANDA E MARKETING LTDA.**

CNPJ: 04.784.569/0001-46

NIRE: 3521725593-0

Pelo presente instrumento particular de alteração de contrato social;

JOSÉ AUGUSTO VEGA NIGRO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Avenida Doutor Guilherme Dumont Villares, nº 1520, apartamento 121, Jardim Londrina/Morumbi, na cidade e Estado de São Paulo, CEP 05640-003, portador da cédula de identidade RG nº 11.189.929-1 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") sob o nº 046.990.398-80 ("José Augusto"); e

GUSTAVO MOUCO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na QI26, cj. 2, casa 18, SHIS - Setor de Habitações Individuais Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP 71670-020, portador da cédula de identidade RG nº 21.995.649-2 e inscrito no CPF sob o nº 121.688.308-43 ("Gustavo");

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, que gira sob denominação social de **CALIA|Y2 PROPAGANDA E MARKETING LTDA.**, regularmente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob nº 04.784.569/0001-46, com sede na Avenida Maria Coelho Aguiar, nº 215, Bloco E, 8º andar, na cidade e Estado de São Paulo, CEP 05804-900, com seu contrato social registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35.217.255.930, em sessão de 16 de novembro de 2001, e última alteração contratual registrada sob o nº 57.998/22-0, em sessão de 11 de fevereiro de 2022 ("Sociedade"), resolvem alterar o Contrato Social da sociedade, nos termos a seguir:



1. CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

1.1. O sócio Gustavo, neste ato, cede e transfere ao sócio José Augusto, a título oneroso, 10.000 (dez mil) quotas representativas do capital social da Sociedade de que é titular, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, com tudo o que representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, dívidas ou encargos de qualquer natureza.

1.2. Adicionalmente à cessão e transferência de quotas ora deliberada, os sócios decidiram, por unanimidade e sem restrições, alterar a Cláusula Terceira do Contrato Social da Sociedade para incluir os novos parágrafos primeiro a quarto da Cláusula 3.1, bem como para dispor sobre as regras de transferência de quotas, através da inclusão da nova Cláusula 3.2 e seus parágrafos primeiro a nono, de modo que a Cláusula Terceira passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA – CAPITAL SOCIAL

3.1. O capital social é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), dividido em 4.000.000 (quatro milhões) de quotas iguais, no valor de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional. As quotas ficam distribuídas entre os sócios da seguinte forma:



<u>Quotista</u>	<u>Nº Quotas</u>	<u>R\$</u>	<u>Participação (%)</u>
Gustavo Mouco	3.790.000	R\$ 9.475.000,00	94,75%
José Augusto Veja Nigro	210.000	R\$ 525.000,00	5,25%
Total	4.000.000	R\$ 10.000.000,00	100%

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, não havendo responsabilidade solidária ou subsidiária dos sócios pelas obrigações sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 do Código Civil.

Parágrafo Segundo - Todas as quotas são iguais e indivisíveis em relação à Sociedade e cada quota confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Terceiro - As quotas sociais não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, sem o consentimento prévio e expresso dos demais sócios.

Parágrafo Quarto - Os sócios participarão dos lucros e das perdas da Sociedade na proporção de suas participações no capital social, exceto se de outra forma deliberado em Reunião de Sócios, na forma prevista na Cláusula Quarta deste Contrato Social."

3.2. A cessão ou transferência de quotas do capital social e/ou direitos a estas inerentes, para terceiros que não participem da Sociedade, dependerá do prévio consentimento dos demais sócios, observadas as condições estabelecidas nesta Cláusula, que tratam do Direito de Preferência. O consentimento dos demais sócios poderá ser dado no próprio instrumento de alteração do contrato social.

Parágrafo Primeiro - Para os fins do disposto nesta Cláusula Terceira, "cessão ou transferência" significa alienar, vender, ceder, transferir, conferir ao capital, instituir usufruto ou fideicomisso, dispor, cancelar ou substituir as quotas, ou ainda, a cessão de quaisquer direitos a elas inerentes, de qualquer forma, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, ainda que em decorrência de integralização de capital, cisão, incorporação, fusão, dissolução ou liquidação ou qualquer outro negócio jurídico que resulte na transferência direta ou indireta da titularidade das quotas.

Parágrafo Segundo - Fica assegurado, mútua e reciprocamente, entre os sócios, o direito de preferência, em igualdade de condições, na cessão ou transferência de qualquer quota representativa do capital social da Sociedade e seus respectivos direitos, na proporção do capital social que possuírem ("Direito de Preferência").

Parágrafo Terceiro - O sócio que pretender vender ou ceder, direta ou indiretamente, qualquer quota do capital social da Sociedade deverá, antes de consumir a operação, formalizar por escrito a sua pretensão, por notificação de oferta com aviso de recebimento ("Notificação de Oferta"), informando a quantidade de quotas que pretende alienar, o preço e condições de pagamento e, se houver, o nome e qualificação do interessado, ficando

assegurado aos demais sócios o direito de exercer o seu Direito de Preferência na aquisição das quotas ofertadas, nas exatas condições da oferta indicada na Notificação de Oferta.

Parágrafo Quarto - *No caso de todos os sócios exercerem seu Direito de Preferência, a cessão das quotas do capital social e/ou dos direitos a elas inerentes será feita na proporção das quotas que cada sócio possuir no capital social preexistente. Não exercendo todos os sócios o seu Direito de Preferência, os demais sócios interessados poderão adquirir as quotas do capital social e/ou direitos a elas inerentes que sobrarem, na proporção de suas participações no capital social preexistente.*

Parágrafo Quinto - *Observado o transcurso do prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da Notificação de Oferta sem que haja manifestação de interesse por quaisquer dos sócios, o sócio notificante poderá ceder suas quotas a terceiro(s), desde que seja aprovado o ingresso do terceiro na Sociedade pelos demais sócios e a cessão se efetive nas exatas condições ofertadas aos demais sócios, no prazo de 30 (trinta) dias contados do fim do prazo previsto para resposta da Notificação de Oferta ("Prazo de Alienação"). O transcurso do Prazo de Alienação ou a modificação na oferta informada na Notificação de Oferta restabelece o Direito de Preferência nos prazos indicados nesta Cláusula.*

Parágrafo Sexto - *Qualquer cessão ou transferência de quotas que não observe às disposições desta Cláusula Terceira será considerada nula e ineficaz, e não produzirá quaisquer efeitos.*

2. REFORMULAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

2.1. A fim de ajustar o contrato social às novas necessidades da Sociedade, os sócios, neste ato, decidem, por unanimidade e sem ressalvas, alterar, reformular, renumerar e consolidar o contrato social, que passará a vigorar, a partir desta data, com a seguinte nova redação:

[Restante da página intencionalmente deixado em branco.]

[O contrato social da Sociedade segue na próxima página.]

**CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA.
CALIAY2 PROPAGANDA E MARKETING LTDA.**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DENOMINAÇÃO, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

1.1. A Sociedade Empresária Limitada girará sob a denominação de CALIAY2 PROPAGANDA E MARKETING LTDA., com sede na Avenida Maria Coelho Aguiar, nº 215, Bloco E, 8º andar, CEP 05804-900, na cidade e Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 04.784.569/0001-46, e com filial na cidade de Brasília, Distrito Federal, SH/Sul, Quadra 06, Conjunto A, Bloco A, Sala 510, Centro Empresarial Brasil 21, CEP 70.316-000, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.784.569/0002-27, podendo estabelecer novas filiais ou sucursais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo as disposições legais vigentes.

Parágrafo único — A duração da sociedade é por tempo indeterminado, iniciando suas atividades na data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO SOCIAL

2.1. A sociedade tem por objeto social a Prestação de serviços de Agência de Publicidade, considerando-se o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenha por objeto o estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna e supervisão da execução externa, intermediação e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação.



CLÁUSULA TERCEIRA - CAPITAL SOCIAL

3.1. O capital social é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), dividido em 4.000.000 (quatro milhões) de quotas iguais, no valor de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional. As quotas ficam distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

<u>Quotista</u>	<u>Nº Quotas</u>	<u>R\$</u>	<u>Participação (%)</u>
Gustavo Mouco	3.790.000	R\$ 9.475.000,00	94,75%
José Augusto Veja Nigro	210.000	R\$ 525.000,00	5,25%
Total	4.000.000	R\$ 10.000.000,00	100%

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, não havendo responsabilidade solidária ou subsidiária dos sócios pelas obrigações sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 do Código Civil.

Parágrafo Segundo - Todas as quotas são iguais e indivisíveis em relação à Sociedade e cada quota confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações sociais.



Parágrafo Terceiro - As quotas sociais não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, sem o consentimento prévio e expresso dos demais sócios.

Parágrafo Quarto - Os sócios participarão dos lucros e das perdas da Sociedade na proporção de suas participações no capital social, exceto se de outra forma deliberado em Reunião de Sócios, na forma prevista na Cláusula Quarta deste Contrato Social.

3.2. A cessão ou transferência de quotas do capital social e/ou direitos a estas inerentes, para terceiros que não participem da Sociedade, dependerá do prévio consentimento dos demais sócios, observadas as condições estabelecidas nesta Cláusula, que tratam do Direito de Preferência. O consentimento dos demais sócios poderá ser dado no próprio instrumento de alteração do contrato social.


Parágrafo Primeiro - Para os fins do disposto nesta Cláusula Terceira, "cessão ou transferência" significa alienar, vender, ceder, transferir, conferir ao capital, instituir usufruto ou fideicomisso, dispor, cancelar ou substituir as quotas, ou ainda, a cessão de quaisquer direitos a elas inerentes, de qualquer forma, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, ainda que em decorrência de integralização de capital, cisão, incorporação, fusão, dissolução ou liquidação ou qualquer outro negócio jurídico que resulte na transferência direta ou indireta da titularidade das quotas.

Parágrafo Segundo - Fica assegurado, mútua e reciprocamente, entre os sócios, o direito de preferência, em igualdade de condições, na cessão ou transferência de qualquer quota representativa do capital social da Sociedade e seus respectivos direitos, na proporção do capital social que possuem ("Direito de Preferência").

Parágrafo Terceiro - O sócio que pretender vender ou ceder, direta ou indiretamente, qualquer quota do capital social da Sociedade deverá, antes de consumar a operação, formalizar por escrito a sua pretensão, por notificação de oferta com aviso de recebimento ("Notificação de Oferta"), informando a quantidade de quotas que pretende alienar, o preço e condições de pagamento e, se houver, o nome e qualificação do interessado, ficando assegurado aos demais sócios o direito de exercer o seu Direito de Preferência na aquisição das quotas ofertadas, nas exatas condições da oferta indicada na Notificação de Oferta.

Parágrafo Quarto - No caso de todos os sócios exercerem seu Direito de Preferência, a cessão das quotas do capital social e/ou dos direitos a elas inerentes será feita na proporção das quotas que cada sócio possuir no capital social preexistente. Não exercendo todos os sócios o seu Direito de Preferência, os demais sócios interessados poderão adquirir as quotas do capital social e/ou direitos a elas inerentes que sobraem, na proporção de suas participações no capital social preexistente.

Parágrafo Quinto - Observado o transcurso do prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da Notificação de Oferta sem que haja manifestação de interesse por quaisquer dos sócios, o sócio notificante poderá ceder suas quotas a terceiro(s), desde que seja aprovado o ingresso do terceiro na Sociedade pelos demais sócios e a cessão se efetive nas exatas condições ofertadas aos demais sócios, no prazo de 30 (trinta) dias contados do



fim do prazo previsto para resposta da Notificação de Oferta ("Prazo de Alienação"). O transcurso do Prazo de Alienação ou a modificação na oferta informada na Notificação de Oferta restabelece o Direito de Preferência nos prazos indicados nesta Cláusula.

Parágrafo Sexto - Qualquer cessão ou transferência de quotas que não observe às disposições desta Cláusula Terceira será considerada nula e ineficaz, e não produzirá quaisquer efeitos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

4.1. As deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios que ocorrerá, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, com a finalidade de (i) tomar as contas dos administradores, deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico da Sociedade, (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, (iii) designar administradores, se for o caso, e/ou (iv) tratar de outros assuntos de interesse da Sociedade, nos termos do art. 1.078 do Código Civil; e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem.

Parágrafo Primeiro - As reuniões de sócios serão convocadas pelo administrador da Sociedade, por escrito, contendo a data, horário e matérias a serem discutidas na reunião. A convocação deve ser enviada a todos os sócios, da seguinte forma: (i) pessoalmente, mediante assinatura de recibo de entrega, (ii) por correio, por carta com aviso de recebimento, ou (iii) por correio eletrônico, com comprovante de entrega. As reuniões de sócios poderão ser convocadas por sócios da Sociedade nas hipóteses previstas no art. 1.073, "I" do Código Civil, observadas as regras de convocação estabelecidas nesta Cláusula Quarta.

Parágrafo Segundo - A reunião de sócios deve ser convocada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data de sua realização.

Parágrafo Terceiro - Dispensam-se as formalidades de convocação para as reuniões nas quais houver o comparecimento de sócios representantes da totalidade do capital social da Sociedade.

Parágrafo Quarto - A reunião de sócios será presidida e secretariada pelos sócios escolhidos entre os presentes, sendo que, dos trabalhos e deliberações, será lavrada ata que será assinada pelos membros da mesa e os sócios presentes na reunião, quantos bastem à validade das deliberações, sem prejuízo dos que queiram, também, assiná-la.

Parágrafo Quinto - As reuniões de sócios poderão ser realizadas através de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio eletrônico que possibilite a discussão em tempo real entre os sócios. Uma cópia devidamente assinada do voto proferido pelo sócio que participar remotamente da reunião deverá ser enviada por carta ou correio eletrônico (todos com comprovante de recebimento), na data da referida reunião, para o devido registro e arquivamento na sede Sociedade. O sócio, agindo conforme o disposto acima, será considerado presente à reunião e seu voto será considerado.

Parágrafo Sexto - As reuniões de sócios instalam-se com a presença, em primeira convocação, de sócios representando a totalidade do capital social e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

Parágrafo Sétimo - Todos os sócios terão o direito a retirar mensalmente importâncias de comum acordo estipuladas, que serão levadas a débito na conta de despesas gerais da sociedade, a título de pró-labore, obedecendo-os limites estabelecidos na legislação vigente.

4.2. As deliberações dos sócios serão tomadas pelos sócios representando a maioria do capital social da Sociedade, salvo quórum maior específico e de aplicação obrigatória previsto na legislação em vigor, neste Contrato Social ou em eventual acordo de quotistas firmado pelos sócios.

4.3. Observadas as competências da reunião de sócios definidas na legislação aplicável, neste Contrato Social e/ou em qualquer acordo de quotistas firmado pelos sócios, as matérias a seguir indicadas serão aprovadas por voto de sócios titulares de quotas representativas de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social da Sociedade:

- a) alteração do Contrato social da Sociedade;
- b) destinação do lucro líquido do exercício ou de períodos intermediários, incluindo a distribuição ou a retenção de lucros e a constituição de reservas de lucros;
- c) a distribuição desproporcional de lucros aos sócios;
- d) cisão, fusão ou incorporação envolvendo a Sociedade, sua transformação ou qualquer reorganização societária, sob qualquer forma;
- e) liquidação ou dissolução da Sociedade, eleição e/ou destituição de liquidantes, tomada de contas e a partilha do acervo de liquidação;
- f) autorização aos administradores da Sociedade para confessar falência ou apresentar pedido de recuperação judicial ou extrajudicial;
- g) celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, incluindo contratos de empréstimo, financiamento, obtenção de adiantamento de recursos, arrendamento ou *leasing*, cujo valor global e anual exceda R\$ 2.000.000,00 (dois milhões), ou cujo prazo exceda 2 (dois) anos;
- h) alienação de bens do ativo não circulante da Sociedade em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou a constituição de quaisquer ônus ou gravames sobre qualquer bem ou direito da Sociedade;
- i) prestação de garantias de qualquer natureza pela Sociedade, em favor de terceiros ou de qualquer sócio, tais como fianças, avais, endossos e/ou outras garantias cabíveis;
- j) cessão ou transferência, por qualquer meio, da Sociedade a qualquer terceiro ou de qualquer terceiro para a Sociedade, de marca, patente, direito autoral, *know-how*, *software* ou qualquer outro tipo de direito de propriedade intelectual;
- k) constituição de qualquer subsidiária ou aquisição pela Sociedade de qualquer outra entidade; e/ou
- l) autorizar qualquer operação (i) entre a Sociedade e seus sócios diretos; (ii) entre a Sociedade e seus administradores e/ou empregados; (iii) entre a Sociedade e as sociedades nas quais as pessoas indicadas nos itens (i) e (ii) acima detenham, direta ou indiretamente, participação societária ou interesse sob qualquer forma; (iv)

entre a Sociedade e os administradores e/ou empregados das suas sociedades investidas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO

5.1. A administração e a representação da sociedade, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, caberá, isoladamente, ao sócio Gustavo, com poderes e atribuições, inclusive o direito de uso da denominação social, ficando, todavia, vedado o seu uso em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações em favor de qualquer quotista ou de terceiros.

Parágrafo Primeiro — O Administrador terá poderes para validamente obrigar a Sociedade para todos os fins e, especialmente, para:

- a) representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; e
- b) constituir em nome da sociedade procuradores "ad negotia" ou "ad judicia", desde que haja prévia autorização expressa dos demais sócios.

Parágrafo Segundo — Com exceção das procurações que outorgam para representação da Sociedade em processos judiciais ou administrativos, todas as demais procurações terão prazo de validade determinado pelo período máximo de 01 (um) ano.

Parágrafo Terceiro — O administrador, mencionado no *caput* desta cláusula, tendo em vista as disposições contidas no parágrafo primeiro, do artigo 1011, da Lei nº. 10.406, de 10.01.2002, declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se apresentar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade

Parágrafo Quarto — Em caso de vacância ou impedimento definitivo do administrador, os sócios deliberarão por escrito sobre a administração temporária da Sociedade durante o período de vacância até a designação do novo administrador.

CLÁUSULA SEXTA - DO TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS LUCROS E PREJUÍZOS

6.1. O exercício social terá início em 1º de janeiro de cada ano e encerrar-se-á no dia 31 de dezembro, ocasião em que serão levantados o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do período, atendendo às formalidades legais.

Parágrafo Primeiro - Nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, os sócios, especialmente reunidos, deliberarão sobre as contas, colocando-as à disposição e apreciação dos eventuais sócios não administradores, ocasião em que, também, deliberarão sobre a manutenção ou substituição do administrador.

Parágrafo Segundo - A Sociedade poderá distribuir lucros à conta de lucros acumulados ou à conta de reserva de lucros, bem como distribuí-los antes de encerrado o exercício social,

sendo que, em quaisquer hipóteses, deverá ser levantado balanço especial para essa finalidade.

Parágrafo Terceiro - Os lucros da Sociedade poderão ser distribuídos de forma desproporcional à participação de cada sócio, na forma prevista no Art. 1.007 do Código Civil, mediante aprovação de sócios, na forma da Cláusula Quarta deste Contrato Social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FALECIMENTO, INTERDIÇÃO, AUSÊNCIA E DISSOLUÇÃO DOS SÓCIOS

7.1. Em caso de falecimento, interdição, ausência judicial declarada, dissolução de união estável, separação, divórcio ou dissolução de qualquer dos sócios, a Sociedade continuará suas atividades com os demais sócios, não sendo admitido, em regra, o ingresso de herdeiros, sucessores, meeiros ou ex-companheiros no quadro de sócios, a menos que os sócios remanescentes deliberem pela possibilidade do ingresso de forma unânime.

Parágrafo Primeiro - Os sócios remanescentes deverão promover a liquidação das quotas do sócio morto, interditado, declarado ausente ou dissolvido, caso em que deverá ser pago os respectivos haveres deverão ser pagos ao sócio dissolvido ou a seus sucessores ou representantes, conforme o caso, nos termos da Cláusula Oitava deste Contrato Social, mediante o cancelamento ou aquisição das respectivas quotas.

CLÁUSULA OITAVA – DA APURAÇÃO DE HAVERES

8.1. Em todas as hipóteses em que houver a necessidade de apuração de haveres (judicial ou extrajudicial), seja pela retirada, exclusão, dissolução parcial, sucessão de sócios, dissolução de sociedade conjugal de sócios, interdição e demais casos, os haveres devidos serão pagos mediante avaliação da Sociedade com base em seu valor econômico, considerando-se um múltiplo de 5x (cinco vezes) o EBITDA da Sociedade apurado nos 12 (doze) meses anteriores ao evento de apuração de haveres.

Parágrafo Primeiro - Os sócios concordam, desde já, que o valor econômico da Sociedade apurado na forma da Cláusula 8.1 acima será final e definitivo e vinculará os sócios e a Sociedade de forma definitiva e inquestionável, ficando ajustado que os sócios não terão direito a qualquer espécie de contestação ou recurso de qualquer natureza em face do resultado da avaliação, exceto em caso de comprovado e manifesto erro.

Parágrafo Segundo - O pagamento dos haveres do sócio retirante deverá ser feito em quantas parcelas mensais forem necessárias ao pagamento integral dos haveres apurados, vencendo-se a primeira em 60 (noventa) dias contados da data de definição do valor a ser pago, sem qualquer correção, e observado que em nenhuma hipótese a Sociedade será obrigada a pagar parcelas em valor superior a R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) por mês, considerando-se a soma de todas as parcelas de haveres devidas em relação a todas as quotas liquidadas pela Sociedade.

Parágrafo Terceiro - Caso tenham sido pagos dividendos antecipados ao sócio retirante, estes serão descontados dos valores a serem pagos a este sócio. Caso o sócio retirante não tenha direito a receber quaisquer haveres e tenham sido pagos dividendos antecipados até o momento de sua retirada, este ficará dispensado de devolver a quantia recebida.

CLÁUSULA NONA – ACORDO DE QUOTISTAS

9.1. Os sócios se obrigam a cumprir integralmente os termos e condições dos acordos de quotistas eventualmente arquivados na sede da Sociedade, obrigando-se a observar integralmente as disposições ali contidas, independentemente de seu arquivamento perante a Junta Comercial competente, reconhecendo a sua plena eficácia e validade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo/SP para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Contrato Social, renunciando-se a qualquer outro, por mais especial que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de forma digital, para que produza os efeitos legais.

São Paulo/SP, 27 de novembro de 2024.

Sócios:

GUSTAVO MOUCO

JOSÉ AUGUSTO VEGA NIGRO

HUMBERTO PANDOLPHO JUNIOR

MARIA DOLORES MARTINS KIKUGAWA DE FREITAS

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)



O documento Calia - 13ª Alteração do Contrato Social (v. sign-off)(3399241.7).docx foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/CF46-17FB-0A7A-D331> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CF46-17FB-0A7A-D331



Hash do Documento

ED7FDFF973A1ED58D796527B4CC7FD45F2EA14EE4E2BEA88488F63AFEB4F4374

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/02/2025 é(são) :

- ☒ Gustavo Mouco (Signatário) - 121.688.308-43 em 07/02/2025 17:35 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Maria Dolores Martins Kikugawa de Freitas (Testemunha) - 163.803.388-96 em 07/02/2025 14:05 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências


Client Timestamp Fri Feb 07 2025 14:05:36 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)
Geolocation Latitude: -23.6508249 Longitude: -46.7375834 Accuracy: 1486.4978771772614
IP 177.69.127.214
Identificação: Por email: dolores@calia.com.br
Hash Evidências:
915CB2D0834A58A86A0366C95ED342A44DCFF36D90E7AB4A51A7B83CC5755F2C

- ☒ José Augusto Vega Nigro (Signatário) - 046.990.398-80 em 07/02/2025 09:11 UTC-03:00
Nome no certificado: Jose Augusto Vega Nigro
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Humberto Pandolpho Júnior (Testemunha) - 598.449.148-68 em 06/02/2025 15:28 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências

Client Timestamp Thu Feb 06 2025 15:28:48 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)
Geolocation Latitude: -23.6487603 Longitude: -46.7289962 Accuracy: 19.032
IP 177.69.127.214




Identificação: Por email: humberto@calia.com.br

Hash Evidências:

8DCCC5D908B488251C1AF29696C93D0F0D9CFEF15D8E2E8B5DF248FC2E7186DC





TERMO DE CONFERÊNCIA E DIGITALIZAÇÃO

Certifico e dou fé que conferi a documentação referente ao processo **SPN2550998856** da empresa **CALIA/Y2 PROPAGANDA E MARKETING LTDA.** e que as imagens digitalizadas deste processo eletrônico são fiéis aos documentos físicos protocolizados nesta Junta Comercial.

Assina o presente termo de conferência e digitalização, mediante certificado digital, o funcionário/empregado público **Monique Brandão Gião**

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 21/02/2025.

Monique Brandão Gião, CPF: 41933495863

Este documento foi assinado digitalmente por Monique Brandão Gião e é parte integrante sob o protocolo Nº SPN2550998856.

21/02/2025

Página 1 de 1



Certifico o registro sob o nº 1.069.194/25-6 em 10/03/2025 da empresa CALIA/Y2 PROPAGANDA E MARKETING LTDA., NIRE nº 35217255930, protocolado sob o nº SPN2550998856. Autenticação: validar a autenticidade do registro em <http://www.jucesp.sp.gov.br/> com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/03/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 259156308. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



TERMO DE ANÁLISE E DECISÃO.

Defiro a (s) solicitação (ões), sob o (s) protocolo (s) **SPN2550998856** de Alteração de Capital e QSA e Consolidação da Matriz da empresa **CALIA/Y2 PROPAGANDA E MARKETING LTDA..**

Assina o presente termo de decisão, mediante certificado digital, o Julgador **Suzane Carpe Gulfier**.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 10/03/2025.

Suzane Carpe Gulfier, CPF: 45609774888

Este documento foi assinado digitalmente por Suzane Carpe Gulfier e é parte integrante sob o protocolo Nº SPN2550998856.

10/03/2025

Página 1 de 1



Certifico o registro sob o nº 1.069.194/25-6 em 10/03/2025 da empresa CALIA/Y2 PROPAGANDA E MARKETING LTDA.. NIRE nº 35217255930, protocolado sob o nº SPN2550998856. Autenticação: validar a autenticidade do registro em <http://www.jucesp.sp.gov.br/> com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/03/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 259156308. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



TERMO DE AUTENTICAÇÃO E REGISTRO

Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa **CALIA/Y2 PROPAGANDA E MARKETING LTDA.** de **NIRE 35217255930**, protocolizado sob o número **SPN2550998856** em **10/03/2025**, encontra-se registrado na JUCESP sob o número **1069194256**.

Assina o registro a Secretário(a)-Geral **Aloizio Epifanio Soares Junior**.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica, poderão ser verificados no sítio eletrônico: www.jucesp.sp.gov.br, mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.


Junta Comercial do Estado de São Paulo, 10/03/2025.

Aloizio Epifanio Soares Junior, CPF: 40689779844


R. Guaicurus, 1394 | CEP 05033-060 | Lapa, São Paulo – SP
Fone: (11) 3468-3080



Certifico o registro sob o nº 1.069.194/25-6 em 10/03/2025 da empresa CALIA/Y2 PROPAGANDA E MARKETING LTDA., NIRE nº 35217255930, protocolado sob o nº SPN2550998856. Autenticação: validar a autenticidade do registro em <http://www.jucesp.sp.gov.br/> com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/03/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 259156308. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN


2 e 1 NOME E SOBRENOME
GUSTAVO MOURCO

1ª HABILITAÇÃO
24/05/1991

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
17/04/1973, SAO JOSE DO RIO PRETO, SP

4a DATA EMISSÃO
10/08/2022

4b VALIDADE
05/08/2032

ACC  **D**

4c DOC IDENTIDADE / CÓD EMISSÃO / UF
Z1995649 SSP SP


4d CDE
121.688.308-43

5 Nº REGISTRO
01800435552







6 CAT HAB
B








NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
ELSON MOURCO

7 ASSINATURA DO PORTADOR


HELOISA HELENA BALDY MOURCO

9	10	11	12
ACC 			
A1 			
B 		05/08/2032	
B1 			
C 			
C1 			

9	10	11	12
D 			
D1 			
BE 			
CE 			
CE1 			
DE 			
DTE 			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL
BRASILIA, DF

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
5974056/9250
D1770688128

DISTRITO FEDERAL

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

2 - a. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date / Fecha de Vigencia / Validity Until – ACC – 6. Documento Identificatório / Original Identity Document / Documento Identificador – 7. Categoria de Veículo / Vehicle Category / Categoría de Vehículos – 8. Categoria de Habilitação / Driver License Class / Categoría de Permisos para Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver License Class / Categoría de Permisos para Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – 10. País de Origem / Country of Origin / País de Origen – 11. Observações / Observations / Observaciones – Local of Place / Local

```
I<BRA018004355<527<<<<<<<<<<  
7304176M3208058BRA<<<<<<<<<<6  
GUSTAVO<<MOUCO<<<<<<<<<<<<<
```



Brasília, 22 de setembro de 2025

CALIA|Y2 PROPAGANDA E MARKETING LTDA.

04.784.569/0002-27



Documento assinado digitalmente

GUSTAVO MOUCO

Data: 22/09/2025 16:14:24-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Gustavo Mouco
Vice-Presidente de Operações e Financeiro

CPF 121.688.308-43

RG 21.995.649-2 SSP/SP

Representante Legal

